



Correio Manhã

29-04-2014

Periodicidade: Diário	Temática: Economia
Classe: Informação Geral	Dimensão: 446
Âmbito: Nacional	Imagem: S/Cor
Tiragem: 174177	Página (s): 1/21

Fisco vai visitar **25 mil** cafés e restaurantes

■ **Combate** sem trégua à fraude **PÁG. 21**

IMPOSTOS ■ SECRETÁRIO DE ESTADO NÃO DÁ TRÉGUAS À FRAUDE

Fisco visitará 25 mil estabelecimentos

■ Paulo Núncio ameaça retirar licenças a mais aplicações informáticas de faturação

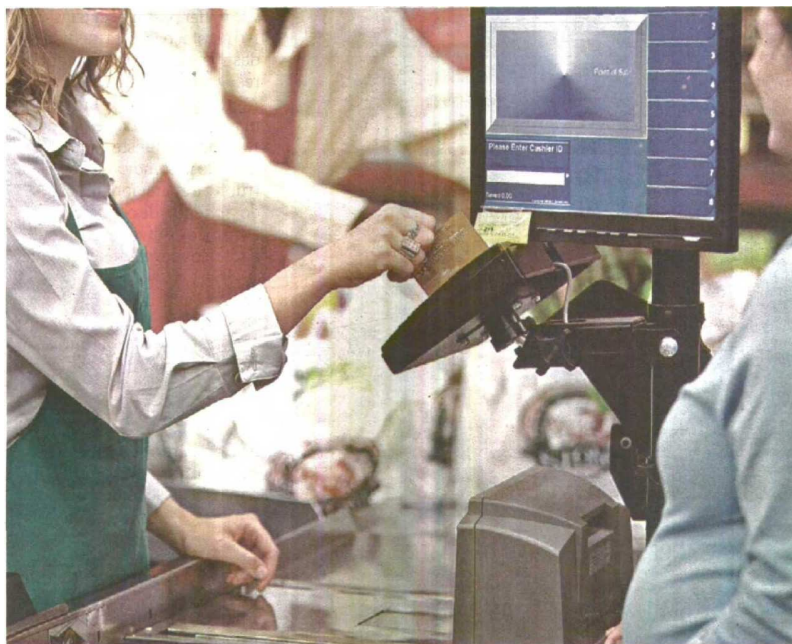
● MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO/
/SÓNIA TRIGUEIRÃO

A Autoridade Tributária está a investigar mais sistemas informáticos de faturação suspeitos de permitirem a fuga ao Fisco em vários estabelecimentos comerciais. Segundo apurou o **Correio da Manhã**, depois do cancelamento do programa IECR por “fundados indícios de utilização fraudulenta”, foram dadas ordens à Inspeção Tributária para visitar os utilizadores deste e de outros programas suspeitos. Falamos de cerca de 25 mil estabelecimentos comerciais, entre restaurantes, cafés, hotéis, lojas de pronto-a-vestir, cabeleiros, entre outros, que deverão brevemente receber a visita dos funcionários das Finanças.

A multa pela utilização deste tipo de sistemas, que configura uma verdadeira fraude fiscal, pode chegar aos 37 mil euros.

O despacho de Paulo Núncio que determina a suspensão do IECR, datado de 24 de abril, tem efeito imediato, mas a secretária-geral da Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), Ana Vieira, afirmou ontem que a administração fiscal deve assumir responsabilidades e estabelecer um período de transição para as empresas que usam o programa de faturação.

O diretor-geral da Associação de Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP),



Inspectores do Fisco já estão a fiscalizar os estabelecimentos que estavam a usar as aplicações

José Manuel Esteves, considerou que o que aconteceu com o IECR é uma das consequências da aplicação da taxa de 23% de IVA no setor. “Há anos que a AHRESP alerta para estas situações. O excesso de carga fiscal, que é inadmissível, pode dar origem a isto, mas não pode pagar o justo pelo pecador”, disse.

Tal como o **CM** avançou ontem, a AHRESP fez um acordo com uma empresa de software, a ‘PIE’, para criar uma aplicação de faturação à prova de fraude. ■